

Festo, assumindo a província, subiu de Cesareia para Jerusalém, três dias depois. Os sumos sacerdotes e os principais dos judeus apresentaram-lhe [acusações] contra Paulo, e rogaram-lhe — pedindo um favor contra ele — que o enviasse para Jerusalém, preparando uma cilada para eliminá-lo no caminho. Festo, então, respondeu que Paulo era mantido [na prisão] em Cesareia; ele próprio estando para partir [para lá] em breve. Assim, diz: os que dentre vós são poderosos, após descerem comigo, o acusem, se há algo impróprio neste varão. E, permanecendo entre eles não mais que oito ou dez dias, desceu para Cesareia. No dia seguinte, assentando-se sobre o estrado, ordenou que Paulo fosse conduzido. Quando ele chegou, os judeus que haviam descido de Jerusalém o rodearam, trazendo muitas e pesadas acusações que não podiam provar. Paulo defendia-se: nem contra a Lei dos judeus, nem contra o Templo, nem contra César pequei [em] algo. Festo, porém, querendo prestar um favor aos judeus, respondendo a Paulo, disse: queres, depois de subir a Jerusalém, ali ser julgado por mim acerca dessas coisas? Disse Paulo: estou de pé diante da tribuna de César, onde devo ser julgado; nenhuma injustiça fiz aos judeus, como tu muito bem sabes. Portanto, se cometi injustiça ou pratiquei algo digno de morte, não [me] recuso [a] morrer, mas se nada há das [coisas] que me acusam, ninguém pode me entregar a eles. Apelo para César. Festo, então, depois de falar com o conselho, respondeu: apelaste para César, para César irás.

Atos
25:1 a 12

128

O apelo para César

Jerusalém não queria esquivar-se às homenagens políticas e, tão logo assumira o poder, o ilustre patrício foi visitar a grande cidade dos rabinos. O Sinédrio aproveitou o ensejo para requisitar, instantemente, o velho inimigo de tantos anos. Um

grupo de doutores da Lei Antiga buscou avistar-se, cerimoniosamente, com o generoso romano, solicitando a restituição do prisioneiro para julgamento do Tribunal religioso. Festo recebeu a comissão, cavalheirescamente, e mostrou-se inclinado a atender mas prudente por índole e por dever do cargo, declarou que preferia solucionar a questão em Cesareia, onde se lhe facultava conhecer o assunto com os detalhes imprescindíveis. Para esse fim, convidava os rabinos a acompanhá-lo no seu regresso. Os israelitas exultaram de contentamento. Espalharam-se os mais sinistros projetos, para a recepção do Apóstolo em Jerusalém.

O governador ali ficou dez dias, mas antes que regressasse, alguém se encaminhava a Cesareia, de coração oprimido e ansioso. Era Lucas, que, esforçado e solícito, propunha-se informar o prisioneiro de todas as singulares ocorrências. Paulo de Tarso ouvia-o com atenção e serenidade, mas, quando o companheiro passou a relatar os planos do Sinédrio, o amigo do gentilismo fez-se pálido. Estava definitivamente assentado que o transfuga seria crucificado, como o Divino Mestre, no mesmo local da Caveira. Havia preparativos para encenar fielmente o drama do Calvário. O acusado carregaria a cruz até lá, arrostando os sarcasmos da população e havia até quem falasse no sacrifício de dois ladrões, para que se repetissem todos os detalhes característicos do martírio do Carpinteiro.

Poucas vezes o Apóstolo manifestara tamanha impressão de espanto. Por fim, acrimonioso e enérgico, exclamou:

— Tenho experimentado açoites, apedrejamentos e insultos por toda parte, mas, de todas as perseguições e provações, esta é a mais absurda...

O próprio médico não sabia como interpretar esse conceito, quando o ex-rabino prosseguiu:

— Temos de evitar isso, por todos os meios ao nosso alcance. Como encarar essa deliberação extravagante de repetir a cena do Calvário? Qual o discípulo que teria a coragem de submeter-se a essa falsa paródia com a ideia mesquinha de atingir o plano do Mestre, no testemunho aos homens? O Sinédrio está enganado. Ninguém no mundo logrará um Calvário igual ao do Cristo. Sabemos que em Roma os cristãos começam a morrer no

sacrifício, tomados por escravos misérrimos. Os poderes perversos do mundo desencadeiam a tempestade de ignomínias sobre a frente dos seguidores do Evangelho. Se eu tiver de testificar de Jesus, fá-lo-ei em Roma. Saberei morrer junto dos companheiros, como um homem comum e pecador, mas não me submeterei ao papel de falso imitador do Messias Prometido. Destarte, já que o processo vai ser novamente debatido pelo novo governador, apelarei para César.

At
25:1 a 12

O médico fez um gesto de assombro. Como a maioria dos cristãos eminentes de todas as épocas, Lucas não conseguia compreender aquele gesto, interpretado, à primeira vista, como negativa do testemunho.

— Entretanto — objetou com certa hesitação —, Jesus não recorreu para as altas autoridades no sacrifício da cruz, e eu receio que os discípulos não saibam interpretar tua atitude como convém.

— Discordo de ti — respondeu Paulo resoluto —; se as comunidades cristãs não puderem compreender minha resolução, prefiro passar a seus olhos como pedante e desatento, nesta hora singular de minha vida. Sou pecador e devo desprezar o elogio dos homens. Se me condenarem, não estarão em erro. Sou impecável e preciso testemunhar nessa condição verdadeira de minha vida. De outro modo seria perturbar minha consciência, provocando um falso apreço humano.

Muito impressionado, Lucas guardou a lição inesquecível.

Três dias depois dessa entrevista, o governador regressava à sede do Governo provincial, acompanhado de numeroso séquito de israelitas dispostos a conseguir a entrega do famoso prisioneiro.

Pórcio Festo, com a serenidade que lhe marcava as atitudes políticas, procurou conhecer imediatamente a situação. Reviu o processo meticulosamente, inteirando-se dos títulos de cidadania romana do acusado, de acordo com a legislação em vigor. E, notando a insistência dos rabinos que denotavam enorme ansiedade pela solução do assunto, convocou uma reunião para novo exame das declarações do acusado, no intuito de satisfazer a política regional de Jerusalém.

O convertido de Damasco, alquebrado de corpo, mas sempre revigorado de espírito, compareceu à assembleia sob os olhares rancorosos dos irmãos de raça, que pleiteavam sua remoção a todo custo. O Tribunal de Cesareia atraía grande multidão, ansiosa de conhecer o novo julgamento. Discutiam os israelitas, os cristãos comentavam os debates em atitude defensiva. Mais de uma vez, Pórcio Festo foi obrigado a levantar a voz, reclamando atenção e silêncio.

Abertos os trabalhos da assembleia singular, o governador interrogou o acusado, com energia cheia de nobreza.

Paulo de Tarso, entretanto, respondeu a todas as arguições com a serenidade que lhe era peculiar. Não obstante a manifesta animosidade dos judeus, declarou que em nada os havia ofendido e não se recordava de qualquer ato de sua vida, no qual houvesse atacado o Templo de Jerusalém ou as leis de César.

Festo percebeu que tratava com um espírito culto e eminente, e que não seria tão fácil entregá-lo ao Sinédrio, conforme julgara a princípio. Alguns rabinos haviam insistido para que ordenasse a remoção para Jerusalém, pura e simplesmente, à revelia de quaisquer preceitos legais. O governador não hesitaria nesse particular, fazendo valer sua influência política, mas não quis praticar um ato arbitrário antes de conhecer as qualidades morais do homem focalizado pelas intrigas judaicas. No íntimo, considerava que, se se tratasse de uma personagem vulgar, poderia entregá-lo sem receio à autoridade tirânica do Sinédrio que, certo, o liquidaria, mas outro tanto não aconteceria, caso verificasse nobreza e inteligência no prisioneiro, porquanto, com o seu acurado senso político, não desejava adquirir um inimigo capaz de prejudicá-lo a qualquer tempo. Tendo reconhecido os altos dotes intelectuais e morais do Apóstolo, modificou inteiramente a sua atitude. Passou logo a considerar com mais severidade o interlocutor, chegando à conclusão de que seria crime agir com parcialidade no feito. Além da cultura que o acusado exibia, tratava-se de um cidadão romano por títulos legitimamente adquiridos. Formulando novas conjeturas e com imensa surpresa para os representantes confiados do Sinédrio, Pórcio Festo perguntou ao prisioneiro se consentia em voltar a Jerusalém, a fim

de lá ser julgado, perante ele próprio, pelo Tribunal religioso da sua raça. Paulo de Tarso, compreendendo a cilada dos israelitas, replicou tranquilamente, enchendo a assembleia de assombro:

— Senhor governador, estou diante do Tribunal de César, a fim de ser definitivamente julgado. Há mais de dois anos espero a decisão de um processo que não posso compreender. Como sabeis, a ninguém ofendi. Minha prisão derivou, tão só, das intrigas religiosas de Jerusalém. Desafio, neste particular, o conceito dos mais exigentes. Se pratiquei algum ato indigno, peço, eu mesmo, a sentença de morte. Convocado a novo julgamento, acreditei tivésseis a coragem necessária para romper com as aspirações inferiores do Sinédrio, fazendo justiça à vossa longanimidade de administrador consciencioso e reto. Continuo confiando na vossa autoridade, na vossa imparcialidade, isenta de favor, que ninguém poderá exigir dos vossos encargos honrosos e delicados. Examinai detidamente as acusações que me retêm no cárcere de Cesareia! Verificareis que nenhum poder provincial poderá entregar-me à tirania de Jerusalém! Reconhecendo essa valiosa circunstância e invocando meus títulos, embora creia sinceramente em vossas deliberações sábias e justas, apelo, desde já, para César!...

A atitude inesperada do Apóstolo dos Gentios provocou geral espanto. Pórcio Festo, muito pálido, engolfou-se em sérias cogitações. De sua cátedra de juiz, ensinara, generosamente, o caminho da vida a muitos acusados e malfeitores; entretanto, naquela hora inolvidável de sua existência, encontrava um réu que lhe falava ao coração. A resposta de Paulo valia um programa de justiça e de ordem. Com imensa dificuldade pedia o restabelecimento da calma no recinto. Os representantes do Judaísmo discutiam acaloradamente entre si; alguns cristãos, mais apressados, comentavam desfavoravelmente a atitude do Apóstolo, apreciando-a superficialmente, como se constituísse uma negação do testemunho. O governador reuniu, à pressa, o pequeno conselho dos rabinos mais influentes. Os doutores da Lei Antiga insistiram pela adoção de medidas mais enérgicas, no pressuposto de que Paulo se modificaria com algumas bastonadas. Entretanto, sem desprezar a oportunidade de mais uma

prestigiosa lição para sua vida pública, o governador cerrou ouvidos às intrigas de Jerusalém, afirmando que de modo algum podia transigir no cumprimento do dever, naquele significativo instante de sua vida. Desculpou-se, desapontado, com os velhos políticos do Sinédrio e do Templo, que o fixavam com olhos rancorosos e pronunciou as célebres palavras:

At
25:1 a 12

— Apelaste para César? Irás a César!

Com essa antiga fórmula ficaram encerrados os trabalhos do novo julgamento. Os representantes do Sinédrio retiraram-se extremamente irritados, exclamando um deles, em voz alta, para o prisioneiro que recebeu o insulto serenamente:

— Só os desertores malditos apelam para César. Vai-te para os gentios, indigno intrujão!...

O Apóstolo fixava-o com benignidade, enquanto se preparava para voltar ao cárcere.

(Paulo e Estêvão. FEB Editora. Segunda parte – Cap. 8, p. 427 a 431)